

CONCURSO PÚBLICO CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - CRECI/PE

PROFISSIONAL ANALISTA SUPERIOR (PAS) ADVOGADO



- ❖ Ao receber este caderno, **verifique** se:
 - A sua opção de **CARGO** está correta.
 - Contém **30 QUESTÕES** de múltipla escolha, numeradas de **01 a 30**, **UM PARECER E DUAS QUESTÕES DA PROVA DISCURSIVA**.
 - Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno.
- NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.**

INSTRUÇÕES GERAIS

- ❖ Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- ❖ O tempo de duração da totalidade das Provas Objetiva será de **05(cinco) horas** corridas para o cargo de PROFISSIONAL ANALISTA SUPERIOR (PAS) ADVOGADO. Este tempo inclui o necessário para a transferência das respostas do rascunho para o **CARTÃO RESPOSTA**.
- ❖ Ao receber o **CARTÃO RESPOSTA** confira seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade.
- ❖ O **CARTÃO RESPOSTAS NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- ❖ A forma correta de assinalar a alternativa no **CARTÃO RESPOSTA** é preenchendo toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada de cada questão.
- ❖ Assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.
- ❖ Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos 60 (sessenta) minutos do tempo da Prova Objetiva e, em hipótese alguma, levará consigo o caderno de provas.
- ❖ O candidato que se retirar do local de provas após decorridos os primeiros 60 (sessenta) minutos do início da prova somente poderá anotar suas opções de respostas em formulário disponibilizado pelo fiscal de sala.
- ❖ Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.
- ❖ Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o **CARTÃO RESPOSTA** devidamente assinados. Havendo algum problema, informe imediatamente ao Aplicador de Provas, para que ele tome as providências necessárias. Caso o candidato não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação posterior.
- ❖ Não haverá consulta de gabarito e resultado por telefone.

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA
TEXTO I
O direito à tristeza
Contardo Calligaris

1	As crianças têm dois deveres. Um, salutar, é o dever de crescer e parar de ser crianças. O outro, mais complicado, é o de
2	ser felizes, ou melhor, de encenar a felicidade para os adultos.
3	Esses dois deveres são um pouco contraditórios, pois, crescendo e saindo da infância, a gente descobre, por exemplo, que
4	os picolés não são de graça. Portanto, torna-se mais difícil saltitar sorrindo pelos parques à espera de que a máquina fotográfica
5	do papai immortalize o momento. Em suma, se obedeço ao dever de crescer, desobedeço ao dever de ser feliz.
6	A descoberta dessa contradição pode levar uma criança a desistir de crescer. E pode fazer a tristeza (às vezes o desespero)
7	de outra criança, incomodada pela tarefa de ser, para a família inteira, a representante da felicidade que os adultos perderam
8	(por serem adultos, porque a vida é dura, porque doem as costas, porque o casamento é tenso, porque não sabemos direito o
9	que desejamos).
10	A ideia da infância como um tempo específico, bem distinto da vida adulta, sem as atrapalhões dos desejos sexuais, sem
11	os apertos da necessidade de ganhar a vida, é recente. Tem pouco mais de 200 anos. Idealizar a infância como tempo feliz é
12	uma peça central do sentimento e da ideologia da modernidade.
13	É crucial lembrar-se disso na hora em que somos convidados a espreitar índices e sinais de depressão nas nossas crianças.
14	O convite é irresistível, pois a criança deprimida contraria nossa vontade de vê-la feliz. Um menino ou uma menina triste nos
15	privam de um espetáculo ao qual achamos que temos direito: o espetáculo da felicidade à qual aspiramos, da qual somos
16	frustrados e que sobra para as crianças como uma tarefa. "Meu filho, minha filha, seja feliz por mim."
17	É só escutar os adultos falando de suas crianças tristes para constatar que a vida da criança é sistematicamente
18	desconhecida por aqueles que parecem se preocupar com a felicidade do rebento. "Como pode, com tudo que fazemos e fizemos
19	por ela?" ou "Como pode, ele que não tem preocupação nenhuma, ele que é criança?". A criança triste é uma espécie de desertor;
20	abandonou seu lugar na peça da vida dos adultos, tirou sua fantasia de palhaço.
21	Conselho aos adultos (pais, terapeutas etc.): quando uma criança parece estar deprimida, o mais urgente não é reconhecer
22	os "sinais" de uma doença e inventar jeitos de lhe devolver uma caricatura de sorriso. O mais urgente, para seu bem, é reconhecer
23	que uma criança tem o DIREITO de estar triste, porque ela não é apenas um boneco cuja euforia deve nos consolar das perdas
24	e danos de nossa existência; ela tem vida própria.
25	Mais uma observação para evitar a precipitação. Aparentemente, nas últimas décadas, a depressão se tornou uma doença
26	muito comum. Será que somos mais tristes que nossos pais e antepassados próximos? Acredito que não. As más línguas dizem
27	que a depressão foi promovida como doença pelas indústrias farmacêuticas, quando encontraram um remédio que podiam
28	comercializar para "curá-la". Mas isso seria o de menos. É mais importante notar que a depressão se tornou uma doença tão
29	relevante (pelo número de doentes e pela gravidade do sofrimento) porque ela é um pecado contra o espírito do tempo. Quem
30	se deprime não pega peixes e ainda menos sobe no bonde andando.
31	Será que vamos conseguir transformar também a tristeza infantil num pecado?
32	Claro que sim. Aliás, amanhã, quando seu filho voltar da escola, além de verificar se ele não está com frieiras, veja também
33	se ele não pegou uma deprê. E, se for o caso, dê um castigo, pois, afinal, como é que ele ousa fazer cara feia quando acabamos
34	de lhe comprar um <i>gameboy</i> ? Ora! E, se o castigo não bastar, pílulas e terapia nele. Qualquer coisa para evitar de admitir que a
35	infância não é nenhum paraíso.

 Disponível em: <https://www.fronteiras.com>

1. A temática principal abordada no TEXTO I é

- A) os deveres concernentes à criança.
- B) as diferenças existentes entre a fase infantil e a fase adulta.
- C) a depressão infantil.
- D) a prerrogativa que as crianças possuem de ficar tristes.

2. De acordo com o TEXTO I, é correto afirmar que

- A) os pais projetam nos filhos a felicidade que eles não conseguiram.
- B) a depressão ocorre com mais frequência em crianças.
- C) o crescimento só traz infelicidade.
- D) a depressão é a doença mais preocupante da modernidade.

3. Para o autor do TEXTO I,

- A) a indústria farmacêutica criou a depressão para vender remédio.
- B) a ideia de que admitir uma doença em uma criança, quando esta parece deprimida, é menos urgente que admitir que a criança tem direito de estar triste.
- C) a geração atual é mais triste que a geração passada.
- D) os pais devem esperar a criança crescer para exigir que ela seja feliz.

4. No trecho “Um menino ou uma menina triste nos privam de um espetáculo ao qual achamos que temos direito: o espetáculo da felicidade à qual **aspiramos**, da qual somos frustrados e que sobra para as crianças como uma tarefa.” (l. 14 a 16), o vocábulo em destaque, no contexto em que se encontra, **não** pode ser substituído por

- A) almejar.
- B) pretender.
- C) absorver.
- D) desejar.

5. Analise as afirmativas a seguir:

- I. As palavras “máquina” (l. 4) e “espetáculo” (l. 15) recebem acento por serem proparoxítonas.
- II. As palavras “difícil” (l. 4) e “irresistível” (l. 14) recebem acento gráfico pela mesma razão.
- III. A palavra “têm” (l. 1) e “também” (l. 31) são exemplos de palavras oxítonas.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I e II.
- B) apenas em I e III.
- C) apenas em II e III.
- D) em I, II e III.

6. Analise a concordância verbal das orações a seguir:

- I. Mais de um adulto consideravam a vida infantil um paraíso.
- II. Haviam muitos pais questionando a infelicidade dos filhos.
- III. Faz seis meses que a criança anda deprimida.
- IV. Tanto o filho como o seu pai não sabiam lidar com aquela situação.

Estão corretos os itens

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

7. Assinale a alternativa que apresenta uso **incorreto** das regras de regência verbal.

- A) Ficar triste é um direito que assiste a todas as crianças.
- B) A criança agradeceu ao pai a compreensão.
- C) Ele ainda não esqueceu do seu tempo de infância.
- D) A psicóloga informou o diagnóstico do filho aos pais.

8. No fragmento “O convite é irresistível, **pois** a criança deprimida contraria nossa vontade de vê-la feliz” (l. 14), a conjunção em destaque **não** pode ser substituída por

- A) dado que.
- B) uma vez que.
- C) haja vista.
- D) de modo que.

9. No trecho “Aliás, amanhã, quando seu filho voltar da escola, além de verificar se ele não está com frieiras, veja **também** se ele não pegou uma deprê.” (l. 32 e 33), o advérbio destacado expressa circunstância de

- A) tempo.
- B) inclusão.
- C) afirmação.
- D) modo.

10. Analise as orações a seguir quanto ao emprego da crase:

- I. Ninguém se prestou à ouvir o que a criança insistia em dizer.
- II. Chegamos a conclusão de que a criança tem direito de sentir-se triste.
- III. A criança, à quem o pai fez alusão, parecia deprimida.
- IV. Os pais assistiram aterrorizados àquela cena de descontrole do filho.

O emprego do sinal indicativo da crase está correto

- A) apenas em I e II.
- B) apenas em II e III.
- C) apenas em III e IV.
- D) apenas em IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Analise as afirmativas a seguir sobre o Incidente de Assunção de Competência, previsto no Código de Processo Civil vigente:

- I. Ocorrendo a hipótese de assunção de competência, o relator não poderá propor, de ofício, que a remessa necessária seja julgada pelo órgão colegiado.
- II. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- III. O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, exceto se houver revisão de tese.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em I e III.
- C) apenas em II e III.
- D) em nenhuma das afirmativas.

12. Assinale a alternativa que trata de pressuposto recursal extrínseco no processo civil brasileiro.

- A) interesse recursal
- B) tempestividade
- C) ausência de coisa julgada
- D) cabimento do recurso

13. Sabe-se que as despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública ou do Ministério Público serão pagas ao final pelo vencido na demanda. Entretanto, em se tratando de honorários periciais, a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça dispõe corretamente que

- A) deve o Ministério Público custear antecipadamente os honorários periciais nas ações coletivas.
- B) apenas quando a Fazenda Pública for parte no processo é que se pode obrigá-la a antecipar o pagamento dos honorários do perito.
- C) pode-se exigir, nas ações civis públicas, que a Fazenda Pública adiante o valor dos honorários periciais.
- D) o perito está obrigado, nas ações coletivas, a atuar gratuitamente no processo.

14. Sobre a Dívida Ativa e a Execução Fiscal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A) A execução fiscal não pode ser promovida contra o espólio ou contra o inventariante, mas sim contra os herdeiros, que responderão até o limite da herança.
- B) O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- C) Na execução fiscal, o valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais.
- D) O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter, dentre outras informações, o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

15. Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- II. Configura-se o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- III. O falso motivo vicia a declaração de vontade, exceto quando expresso como razão determinante.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em I e III.
- C) apenas em II e III.
- D) em I, II e III.

16. No Tribunal Superior do Trabalho, a decisão denegatória de embargos em que há ausência de comprovação de divergência jurisprudencial deve ser combatida através de

- A) reclamação.
- B) recurso extraordinário.
- C) recurso ordinário.
- D) agravo.

17. Com base na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna a seguir: “Considera-se _____ o dado referente à saúde ou à vida sexual e o dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural”:

- A) informação pessoal
- B) dado pessoal sensível
- C) dado anonimizado
- D) informação íntima

18. A legislação prevê que o Conselheiro Fiscal do CRECI-PE pode ser responsabilizado pela prática de irregularidade administrativa, desídia ou falta de decoro. Nesse caso, é correto afirmar que o julgamento

- A) será feito, originariamente, pelo Plenário do CRECI-PE.
- B) não admitirá nenhum tipo de recurso.
- C) será feito, originariamente, pelo Plenário do COFECI.
- D) ocorrerá, em grau de recurso ordinário, nas Turmas do COFECI.

19. De acordo com o Decreto nº 81.871/1978, que disciplina o funcionamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, a multa aplicada ao Corretor de Imóveis como sanção disciplinar

- A) será aplicada pelo Corregedor-Geral do CRECI.
- B) deverá ser paga em até 5 (dias) úteis, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.
- C) será fixada pelo Conselho Federal.
- D) constitui título executivo judicial.

20. Sobre o exercício da profissão de Corretor de Imóveis, analise as afirmativas a seguir:

- I. Compete ao Corretor de Imóveis exercer a intermediação na compra, venda, permuta e locação de imóveis e opinar quanto à comercialização imobiliária.
- II. Se sofrer sanção disciplinar, o Corretor de Imóveis pode ter suspensa a sua inscrição por até 1 (um) ano.
- III. Somente poderá anunciar publicamente o Corretor de Imóveis, pessoa física ou jurídica, que tiver contrato escrito de mediação ou autorização escrita para alienação do imóvel anunciado.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em I e III.
- C) apenas em II e III.
- D) em I, II e III.

21. Com base na Lei nº 6.530/1978, é correto afirmar que somente poderão ser membros do Conselho Regional

- A) os Corretores de Imóveis com inscrição principal na jurisdição há mais de dois anos.
- B) os Corretores de Imóveis que tiverem mais de 65 (sessenta e cinco) anos na data da candidatura.
- C) os Corretores de Imóveis que contem com mais de 15 (quinze) anos de comprovada atuação profissional.
- D) os Corretores de Imóveis que não sejam sócios de pessoas jurídicas.

22. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis são órgãos de disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Corretor de Imóveis, constituídos no formato de autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público. Para exercer tais atribuições, o Conselho Federal compor-se-á de

- A) 12 (doze) conselheiros titulares.
- B) 6 (seis) representantes efetivos de cada Conselho Regional, eleitos dentre os seus membros.
- C) 24 (vinte e quatro) conselheiros titulares.
- D) 2 (dois) representantes, efetivos e suplentes, de cada Conselho Regional, eleitos dentre os seus membros.

23. De acordo com o Código de Ética Profissional dos Corretores de Imóveis, é correto afirmar que

- A) o corretor de imóveis responde por todos os atos profissionais danosos ao cliente, independentemente de dolo ou culpa.
- B) o corretor de imóveis pode promover a intermediação com cobrança de “over-price”.
- C) o corretor de imóveis não pode reter em suas mãos negócio, quando não tiver probabilidade de realizá-lo.
- D) o corretor de imóveis, com ou sem justo motivo, pode abandonar os negócios confiados a seus cuidados, desde que dê ciência posterior ao cliente.

24. Embora não existam mais Territórios Federais, a Constituição Federal prevê que ainda possam vir a existir. Nesse caso, é correto afirmar que

- A) o Território Federal pode eleger quatro deputados, mas não poderá eleger nenhum senador.
- B) os Territórios têm legitimidade para eleger um prefeito e organizar sua polícia militar e defensoria pública.
- C) é possível a divisão do Território em Municípios, desde que aprovada por lei ordinária pelo Congresso Nacional.
- D) as contas dos Territórios são submetidas diretamente ao Tribunal de Contas da União, com parecer prévio do Congresso Nacional.

25. Arnaldo é membro vitalício do Ministério Público com lotação em uma das Varas Criminais em Recife. Um dia, foi comunicado oficialmente que estava sendo transferido para atuar no interior do Estado. É correto afirmar que tal transferência, à luz da Constituição,

- A) não é possível, pois fere a garantia constitucional da inamovibilidade dos membros do Ministério Público.
- B) é possível apenas se Arnaldo passar a receber o auxílio-moradia.
- C) não é possível, pois Arnaldo já havia adquirido a vitaliciedade, o que impede que seja removido de ofício.
- D) é possível se estiver presente o interesse público, mas deve ser assegurado a Arnaldo, por exemplo, que a transferência seja aprovada em maioria absoluta no órgão colegiado competente do Ministério Público.

26. O Presidente da República e um Governador de Estado propuseram, em conjunto, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sem a demonstração da pertinência temática. O Ministro Relator, entretanto, indeferiu liminarmente a ADI, sob a alegação de que ambos são legitimados especiais e deveriam comprovar o efetivo interesse na causa. Nesse caso, com base na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- A) apenas o Presidente precisa comprovar interesse na causa.
- B) o Governador precisa comprovar interesse na causa.
- C) ambos precisam comprovar interesse na causa.
- D) nem o Presidente nem o Governador precisam comprovar interesse na causa.

27. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), analise as afirmativas a seguir:

- I. Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
- II. No processo do trabalho, não se admite a reconvenção.
- III. Quando for contrária ao trabalhador, a declaração de nulidade da confissão alcançará todos os atos anteriores ou posteriores a ela, incluindo aqueles que dela dependam ou sejam consequência.

É correto o que se afirma

- A) apenas em I.
- B) apenas em I e III.
- C) apenas II e III.
- D) em I, II e III.

28. Artur é um investidor que está pensando em comprar ações de estatais para receber bons dividendos. Para que seja possível comprar uma ação de uma estatal listada na Bolsa de Valores (B3), é preciso que se trate de uma sociedade que possua o capital aberto para investidores. Logo, Artur poderia comprar ações

- A) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- B) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- C) do Banco do Brasil.
- D) da Caixa Econômica Federal.

29. De acordo com a Resolução COFECI nº 146/1982, que trata do Código de Processo Disciplinar, é correto afirmar que

- A) verificada a ocorrência da infração, o agente de fiscalização lavrará o respectivo auto, mediante o preenchimento de modelo próprio, numerado e em 2 (duas) vias.
- B) no auto de infração, o agente de fiscalização atuante poderá imputar ao autuado mais de uma infração, desde que faça a descrição circunstanciada dos fatos e elementos que as caracterizem.
- C) o auto de infração será lavrado no estabelecimento do infrator, exceto se a infração tiver sido cometida em outro local.
- D) os documentos solicitados pelo Agente Fiscal devem ser exibidos sempre durante a diligência.

30. Sobre a repetição do indébito tributário, assinale a alternativa correta.

- A) Deve-se aplicar o Código de Defesa do Consumidor quando o contribuinte pleitear a devolução do tributo pago indevidamente, inclusive no tocante à incidência dos juros.
- B) O prazo de prescrição da ação de repetição de indébito tributário foi alterado pelo Código Civil, sendo atualmente de 3 (três) anos.
- C) Se a Fazenda Pública, em flagrante abuso de direito, não efetuar o pagamento do precatório no prazo constitucional, o contribuinte tem direito à devolução em dobro do indébito tributário.
- D) Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição ao contribuinte.

PROVA DISCURSIVA

1. Discorra sobre a súmula vinculante, abordando os aspectos constitucionais e o papel do Supremo Tribunal Federal na sua aprovação.
2. No processo civil brasileiro, o *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas? Justifique.
3. Parecer Jurídico

A servidora pública Maria da Conceição trabalhou por mais de 30 (trinta) anos no CRECI/PE, tendo ingressado na inatividade em 15 de julho de 2020, com a percepção de proventos no montante de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) por mês, sobre os quais incidiria também a respectiva contribuição previdenciária para o Regime Próprio de Previdência Social. No entanto, no início do ano de 2021, a aposentada foi acometida de doença incapacitante e, então, resolveu requerer a isenção do referido tributo.

No requerimento administrativo, a alegação da aposentada era de que, embora inexista previsão em lei, a Constituição Federal atualmente prevê que, se o beneficiário for portador de doença incapacitante, a contribuição somente incide sobre a parcela dos proventos de aposentadoria que superar o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social (RGPS). Logo, considerando o valor da aposentadoria, seria possível a concessão de tal direito à isenção tributária.

Nesse cenário, na condição de Advogado do CRECI/PE, elabore parecer sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de Maria da Conceição, considerando apenas os fatos narrados e expondo tecnicamente todos os fundamentos constitucionais e jurisprudenciais aplicáveis ao caso.

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

35	
40	
45	
50	
55	
60	

65

70

75

80

85

90

95	
100	
105	
110	
115	
120	